

Pesquisador | Universidade Federal da Bahia | Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo | Laboratório Urbano | R. Caetano Moura, 121,
Federação, Salvador, BA, Brasil | *E-mail: gabrielsberg@gmail.com*

A RUA E A SOCIEDADE CAPSULAR

A EXPERIÊNCIA DA RUA NA ATUALIDADE

Que papel ocupa a rua em meio ao campo de forças que configuram a cidade contemporânea? Se pensada como experiência de heterogeneidade, não apenas das formas que a constituem, mas sobretudo dos usos que a povoam, a experiência da rua é ainda possível e desejada nos dias de hoje ou estaria em vias de se perder? Assistimos atualmente a um conjunto de processos que parecem ir de encontro a essa experiência, com a proliferação de uma cidade de muros, de loteamentos e conjuntos habitacionais segundo o modelo do condomínio fechado, ou, ainda, com o predomínio de uma estética do invólucro (de vidro reflexivo, concreto, aço ou granito) ensimesmado e protegido do exterior, recorrente na produção arquitetônica comercial e residencial. O fluxo midiático de informações e imagens bem como as narrativas jornalísticas mais consumidas parecem também não contribuir para uma resposta positiva a essa questão. Para completar o quadro, o crescimento exponencial da frota automotiva, cuja consequência visível é a ocupação avassaladora de todo e qualquer espaço livre entre elementos fixos do espaço, induz e é induzido por um modelo de mobilidade e urbanização rodoviária, na contramão dos novos paradigmas urbanos e ecológicos que visam à qualidade da vida coletiva.

Ainda assim, se nos desconectamos das telas, se escapamos aos muros e barreiras de vidro ou saímos das cápsulas de transporte e caminhamos nos centros e ruas comerciais tradicionais, nos bairros centrais ou periféricos consolidados, ou em vielas e becos de fave-

las e outras formas de assentamentos autoconstruídos, possivelmente a experiência da rua ainda poderá ser sentida em toda sua vivacidade. Existe, nessas circunstâncias, o que poderíamos chamar de um “estado de rua”: uma espécie de âmbito público mais próximo do cotidiano e do informal do que a ideia de “esfera pública”, que carrega um significado mais cívico e formal. Esse estado de rua possui uma dimensão política na qual as relações humanas nos espaços das ruas e com eles estariam mediadas não tanto por dispositivos de controle¹ provenientes de instâncias “superiores” (*top-bottom*) — operados pelo Estado ou pelo capital privado —, mas por uma política própria da rua, capaz de se auto-organizar em seus conflitos e disputas por espaço e por significados comuns. O estado de rua seria tanto a atmosfera gerada no próprio ato dessas negociações quanto o resultado provisório — mas capaz de perdurar —, dessa política da rua, que ancora nesses espaços uma teia invisível de acordos tácitos e laços de solidariedade.

Esse tipo de situação, no entanto, parece perder espaço seja nas novas expansões urbanas — “a cidade dos muros” —, seja nos projetos de renovação urbana — a cidade “museificada” ou “pacificada”. Pode-se constatar, dessa forma, que estados de rua não apenas são negados e evitados pelo planejamento das novas zonas de expansão do tecido urbano como têm sido reduzidos pelas remodelações de áreas consolidadas. São produzidas cada vez menos *ruas* e mais *vias*, que, ao contrário do espaço humano e político defendido aqui, servem aos fluxos homogêneos da aceleração contemporânea, levando direta ou indiretamente à redução da urbanidade nos espaços públicos, especialmente naqueles onde predomina o movimento.

Este artigo coloca em tensão essas duas dimensões da experiência urbana contemporânea — a experiência da rua e a experiência que chamaremos de “capsular” —, que mais do que polaridades antagônicas, apresentam-se superpostas, embaralhadas em variações de intensidades a depender de como cada sujeito urbano elabora seu modo de vida em suas trajetórias cotidianas, sobretudo nos modos como se sujeita aos padrões ditados pelos paradigmas financeiros ou escapa de suas determinações. Como pano de fundo, há a intenção de que o mergulho nesses paradoxos possa contribuir também para a construção de ferramentas críticas e políticas alternativas aos processos hegemônicos de produção do espaço urbano.

ARQUITETURA CAPSULAR E CIDADE GENÉRICA: ORIGENS UTÓPICAS?

O filósofo belga Cauter (2004) chama de *civilização capsular* esse modo de vida que ganha força nas sociedades urbanas e metropolitanas contemporâneas. A civilização capsular seria o resultado de uma nova geopolítica dos territórios e relações de poder no atual estágio do processo de globalização. O primeiro mundo deixa de ser entendido como um território relativamente homogêneo, ao norte, para caracterizar-se sob a forma de enclaves de riqueza que, em seu conjunto, formam um arquipélago de fortalezas e zonas controladas, conectadas por um conjunto de linhas de comunicação e de transporte. Essa configuração pode ser visualizada na escala global, onde se vê cidades-nodais

do circuito financeiro internacional espalhadas por todo o globo, ou setores urbanos que parecem estar mais conectados a esse circuito global do que à própria cidade onde estão inseridos. Entretanto, pode também ser visualizada na escala local, onde um conjunto de objetos arquitetônicos implantados no tecido urbano, sem qualquer preocupação contextual e protegidos hermeticamente de seu exterior, forma o arquipélago que abriga um conjunto de dinâmicas “urbanas” de acesso restrito, cujo passe de entrada é o poder de consumo de seus usuários².

Cauter (2004) encontra, curiosamente, indícios desse fenômeno nas ideias arquitetônicas de grupos utópicos dos anos 1960 e 1970, entre eles os metabolicistas japoneses e os arquitetos ingleses do Archigram³. Apesar de a cápsula estar presente em várias das propostas dos dois grupos, Cauter encontra num texto chamado “*Capsule declaration*” publicado em 1969 pelo arquiteto Kurokawa, um dos metabolicistas, uma intrigante defesa conceitual da “cápsula” com um sentido que encontra forte reverberação nas questões do presente. O arquiteto defendia a cápsula como modelo da arquitetura do futuro, quando ‘o homem, a máquina e o espaço constroem um novo corpo orgânico que *transcende a confrontação* [...] que cria *um ambiente voltado para si mesmo* [...] um artefato que se tornou um espaço vivo em si mesmo’ (Cauter, 2004, p.65, tradução e grifo meu). Vale notar que transcender a confrontação e criar ambientes voltados para si mesmos estão entre as principais ideias subjacentes às imagens e aos discursos largamente utilizados nas estratégias de venda dos novos espaços de habitação e consumo, bem como de automóveis repletos de acessórios, cuja finalidade parece ser, direta ou indiretamente, o isolamento do indivíduo da cidade e do contato com o “outro”, com a diferença.

Não se pode perder de vista o contexto em que se inscrevem essas ideias⁴, no entanto, Cauter tenta demonstrar o caráter profético dessa declaração mais no âmbito do desdobramento de seus significados do que em suas formalizações futuristas. Entre os sentidos mais fortes estava a ideia de uma arquitetura capsular como extensão do corpo. Não se trata portanto do corpo-ciborgue, da tecnologia no corpo, mas da tecnologia envolvendo o corpo: a casa tornada dispositivo móvel (o *trailer* foi a materialização mais emblemática dessa ideia) e o dispositivo móvel que se torna casa (o automóvel como um cômodo repleto de conforto). Com isso, esses arquitetos imaginavam a transição de uma sociedade sedentária para uma sociedade de mobilidade sem limites: “a cápsula liberta o edifício de seus laços com o chão e abre espaço para uma arquitetura em movimento [...]. A capsula seria a habitação do *homo movens*” (Cauter, 2004, p.65, tradução minha).

Não há dúvida de que tais proposições radicais eram movidas por um forte conteúdo crítico, direcionado especialmente à rigidez do urbanismo funcionalista dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), que ocorreram de 1928 a 1956, contra o qual a resposta parecia apoiar-se nas possibilidades que os avanços tecnológicos poderiam proporcionar à sociedade em termos de liberdade individual, no sentido de uma ampliação da mobilidade e das formas de comunicação. No entanto, essas propos-

tas já vinham também carregadas de um aumento do individualismo e do esvaziamento da esfera pública, mesmo que isso acontecesse pela ausência completa de uma posição crítica⁵. Com ou sem intenção, os arquitetos do Archigram e os metabolicistas esboçavam as características de uma arquitetura que se coloca hoje como aliada dos processos de acumulação e da circulação acelerada do capital financeiro sobre as cidades.

Cauter (2004, p.79, tradução minha) aponta a conexão que pode ser feita dessas ideias com a apologia (não se sabe até que ponto crítica) que Rem Koolhaas faz à cidade genérica — a cidade que se apresenta como consequência passiva e sem resistência aos processos capitalistas sobre o espaço e os modos de vida urbanos —, na qual ‘a condição de estar constantemente em trânsito torna-se universal’. Com efeito, na cidade genérica, passa-se a maior parte do tempo em cápsulas de transporte: trens, ônibus, metrô, e, acima de tudo, carros e aviões. Tal sintoma parece indicar que “quanto maior a velocidade buscada para a circulação física e informacional, maior a necessidade humana de cápsulas” (Cauter, 2004, p.79, tradução minha). Nessa direção, em que a mobilidade está associada a uma dependência cada vez maior das tecnologias de transporte para vencer as distâncias impostas pelas determinações de mercado sobre a superfície da cidade, surge a contraditória condição de um falso nomadismo. Acabamos nos tornando “nômades sedentários”, pois, como indica o autor, quanto maior a mobilidade nesses termos, mais capsular torna-se nosso comportamento.

A vida numa sociedade cada vez mais capsular, cujo reflexo urbano seria uma cidade cada vez mais genérica, passa então a ser mediada por variados tipos de cápsulas: cápsulas de transporte, das edificações enclausuradas, chegando ao *shopping center*, aos parques temáticos e aos condomínios murados, e também pelas cápsulas virtuais, ou microcápsulas, como as telas da televisão, do computador, do aparelho celular e toda uma variedade de *gadgets* eletrônicos.

A FACE INVISÍVEL: TEMPO REAL, ESPETÁCULO E INDIVIDUALIZAÇÃO

Virilio (1993, p.19) atribui a essa mediação, cada vez maior, de dispositivos técnicos sobre a experiência urbana a responsabilidade pela formação de um novo regime de temporalidade, uma temporalidade “trans-histórica”, em que o “tempo real” se sobrepõe ao tempo histórico. Trata-se, segundo ele, de uma crise generalizada das referências — éticas e estéticas —, revertida na “incapacidade de avaliar os acontecimentos em um meio em que as aparências estão contra nós”. A interface das telas converte-se, assim, no local, na encruzilhada por onde todos os fluxos de comunicação de massa conferem hegemonia à ideologia do real.

A consequência desse processo é explicada por Virilio (1993, p.18, grifo do autor):

O desequilíbrio crescente entre a informação direta e a informação indireta, fruto do desenvolvimento de diversos meios de comunicação, tende a privilegiar indiscriminadamente toda informação mediatizada em detrimento da informação dos sentidos, fazendo com que *o efeito do real pareça suplantar a realidade imediata*.

Nesse contexto cada vez mais mediatizado por um “tempo real” imposto mais do que vivido, as cápsulas passam a funcionar como mecanismos de simulação: elas tentam emular uma esfera pública (Cauter, 2004). O átrio pós-moderno, sob a forma de uma praça selada no interior de um edifício e das “praças” de alimentação dos *shoppings*, seria seu principal exemplo.

A proliferação desses processos urbanos vem acompanhada de dois grandes processos de subjetivação coletiva (Guattari, 1992), que são também complementares: a “ecologia do medo” e a “ecologia da fantasia”, ambas, envolvidas numa “hiper-realidade” espetacularizada, e que conjuntamente, promovem a constituição de “psicoesferas” artificiais, nas quais a vida cotidiana passa a ser cada vez mais reprimida⁶. A cápsula passa a agir então como um “aspirador” sobre a vida urbana, sugando dela toda a vida cotidiana, onde ficam do lado de fora a pobreza, o crime e toda a espontaneidade não planejada (Cauter, 2004, p. 46, tradução minha). Com isso, ao mesmo tempo em que se elimina a esfera pública, também se promove um “encasulamento” do próprio indivíduo, que se reflete numa atomização generalizada da sociedade.

É possível associar esses processos coletivos de subjetivação ao que Sennett (1998, p.17) definiu como “o declínio do homem público”, um processo social enraizado historicamente, em que pouco a pouco as preocupações com questões públicas e com o outro deixam de ter importância, e, com isso, laços que não sejam familiares ou de amizade deixam de existir. Isso acontece ao mesmo tempo em que se opera uma interiorização das preocupações humanas, cuja origem estaria na crescente importância da psicologia na vida burguesa. “Multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares”. Com isso, as relações coletivas passam a realizar-se preponderantemente em termos de expressão psicológica, de sentimentos e necessidades interiores, ou seja, o universo privado torna-se a própria linguagem de comunicação pública.

Nas diferentes gradações e escalas de capsularização, em que as variadas facetas descritas até aqui parecem se retroalimentar, o que está em jogo parece ser o próprio encontro com a alteridade, com o desconhecido: aquilo que, paradoxalmente, poderia ser considerado uma das principais características da condição urbana. A importância desses encontros, não apenas para a cidade, mas para o próprio desenvolvimento do ser humano, é muito bem defendida por Sennett (1998, p.360):

Aquilo que se perde [...] é a ideia de que as pessoas só podem crescer através de processos de encontro com o desconhecido. Coisas e pessoas estranhas podem perturbar ideias familiares e verdades estabelecidas; o terreno não familiar tem uma função positiva na vida de um ser humano. Essa função é a de acostumar o ser humano a correr riscos. O amor pelo gueto, especialmente o gueto de classe média, tira da pessoa a chance de enriquecer as suas percepções, a sua experiência, e de aprender a mais valiosa de todas as lições humanas: a habilidade para colocar em questão as condições já estabelecidas de sua vida.

O REVIDE DA CIDADE: USOS OPACOS EM ESPAÇOS LUMINOSOS E FLEXIBILIDADE TROPICAL

Se é possível falar de espaços urbanos no Brasil visivelmente favoráveis ao encapsulamento, pensaríamos, sobretudo, nos vetores de expansão das cidades, com paisagens dominadas por grandes empreendimentos imobiliários, centros empresariais e de consumo onde, segundo Caeter (2004), ocorre um processo de “desdramatização”, uma perda de dramaticidade operada pelo espraiamento urbano e pela proliferação de vias expressas intraurbanas. São zonas que a geógrafa Ana Fani Carlos chama de “espaços amnésicos” — “reflexos na morfologia urbana do processo de aceleração do tempo, um tempo efêmero, produto da nova racionalidade imposta por profundas mudanças nos processos de acumulação” (Carlos, 2007, p.13). Essas zonas poderiam ser associadas ainda ao que Santos (2008, p.73) chama de “espaços luminosos”, produzidos pela aliança entre capital e Estado⁷ para dar vazão à aceleração contemporânea: um espaço minoritário em extensão, mas que subordina à sua lógica rígida todo o restante da cidade, “mudando a seu talante a distribuição das atividades e dos homens, assim como seus ritmos”.

Santos (2008, p.74), entretanto, também nos ajuda a pensar a própria cidade existente como aliada da ação social na resistência às pressões dos processos de acumulação, justamente através de seu meio ambiente construído, herança de períodos variados, “retrato da diversidade de classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais”. O geógrafo chama essas configurações de “rugosidades” dos espaços urbanos, elementos capazes de resistir à ação da aceleração contemporânea, que pede passagem pelos espaços-tempos da cidade. A cidade abrigaria então, além dos espaços luminosos, esses espaços cheios de rugosidades, os *espaços opacos*, onde a racionalidade técnico-científica encontra dificuldade de penetrar, onde os tempos são mais lentos e, por isso mesmo, capazes de abrigar atividades alternativas às forças dominantes. “É nesses espaços constituídos por formas não atualizadas que a economia não hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram as condições de sobrevivência”.

Nesses espaços de maior plasticidade, que diferem da rigidez dos espaços da aceleração, opera-se o que Santos (2008) chama de uma “flexibilidade tropical”: característica comum às ações que escapam ao modelo técnico-científico, geralmente associadas a questões de sobrevivência e responsáveis, em grande medida, por atenuar o tamanho da crise das grandes cidades.

No âmbito dos processos urbanos problematizados até aqui, mais importante do que aprofundar diferenciações seria pensar as porosidades existentes entre espaços opacos e luminosos, certas passagens de um a outro — que envolveriam também a coexistência entre a experiência da rua e a experiência capsular —, e como a flexibilidade tropical se infiltra aí, povoando essas porosidades, especialmente através do movimento no espaço cotidiano das ruas.

Sob esse enfoque, o atual contexto desenvolvimentista do País converte-se em uma via de mão-dupla. Por um lado, a luminosidade, a “iluminação” estatal ou o desejo de

luminosidade parecem penetrar no que se via há 20 anos (época em que Santos desenvolve esses conceitos) como uma densa opacidade — pensemos nas favelas, bairros populares periféricos ou ainda algumas zonas dos centros tradicionais. Por outro lado, áreas de concentração de renda — centros e subcentros comerciais, financeiros, bairros de classe-média e alta —, atraem cada vez mais trajetórias de variadas proveniências em busca desse capital. Com isso, os espaços luminosos passam a ser “embaçados” por práticas indesejadas. A velocidade de seus fluxos de capital, de mobilidade e de comunicação começa a ser desacelerada pela interferência de tempos mais lentos. Mesmo nos espaços onde uma remodelação promovida por processos de capsularização é mais evidente, encontram-se práticas flexíveis e opacas, que ali infiltradas possuem a capacidade de instaurar estados de rua, mesmo que efêmeros. São momentos em que a homogeneidade de práticas sociais que dominam tais espaços é interrompida pela presença de “outros”, como moradores de rua, vendedores ambulantes ou catadores de material reciclável. Tais práticas evitam a funcionalização completa da rua para a circulação motorizada, e, por vezes, seu completo esvaziamento humano, suscitando conflitos pela ocupação do espaço, bem como a formação de relações de informalidade e solidariedade.

Resulta desse processo a dificuldade de categorizar nas cidades brasileiras espaços segundo uma única lógica. Há uma impureza flutuante que impede a homogeneização completa dos territórios, preenchendo os espaços luminosos com opacidades, mas também os opacos com feixes de iluminação, através de justaposições complexas de fluxos objetivos e subjetivos que convertem determinados espaços urbanos em verdadeiras “zonas de indistinção” (Deleuze & Guattari, 1992). Entretanto, é importante que se ressalte que essa impureza não é de modo algum um elemento novo: ao contrário, seria antes um elemento historicamente presente nos processos de produção de espaços e de cidades tão mestiços quanto a sociedade que os constrói.

A chamada viração — uma arte de se virar —, de comércios informais, reciclagem, moradia, jogos, biscates, enfim, uma multiplicidade de práticas ambulantes nas ruas tem sido alvo de processos de marginalização ou mesmo de criminalização. Moradores de rua e camelôs, por exemplo, vêm sendo sistematicamente retirados de zonas centrais que passam por processos de renovação para atração do capital privado. No entanto, a despeito de projetos e ações que visam criar ruas assépticas e voltadas para a circulação do dinheiro e dos grupos que o possuem, estas práticas flexíveis continuam a inventar modos de existir, sendo responsáveis em grande parte por manter estados de rua repletos de cotidianidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de sociedade capsular e seu desenvolvimento conceitual pelo filósofo Lieven de Cauter fornecem elementos críticos que contribuem para a análise e explicitação de processos e tendências que se fazem cada vez mais presentes no modo hegemônico de desenvolvimento e expansão atual das cidades brasileiras. Essas tendências pare-

cem incluir um processo de negação da rua, seja no campo do imaginário, por meio da produção midiática de uma cultura do medo, seja no âmbito cívico-social, como consequência de um declínio histórico das preocupações coletivas e públicas, ou ainda na própria produção do espaço urbano, pela proliferação de espaços amnésicos e genéricos que promovem a valorização da aceleração e a fragmentação da escala humana, desfavorecendo a experiência da rua na mesma proporção em que estimulam processos de capsularização sob variadas formas de expressão.

Identificar em que medida podem ser encontrados nas cidades brasileiras reflexos desse que, seria um fenômeno global — fortemente implicado nas redes mundializadas financeiras e culturais e na sua influência nos processos urbanos —, pode contribuir para enriquecer o discurso crítico e as proposições propriamente urbanísticas que não se coadunam com os modelos de gestão e planejamento que vêm sendo implementados (ou impostos) nesse período de afluência em que o crescimento das cidades adquire protagonismo na política econômica nacional.

Outra dimensão desta análise aponta para o problema de que as tensões entre capsularização e encontro com a alteridade na cidade, e, mais particularmente, na rua, extrapolam a materialidade do espaço urbano, acontecendo, talvez de modo ainda mais intenso, no campo da economia dos desejos, ou dos chamados processos de subjetivação. Uma tendência simples seria associar essas polaridades a uma questão de classes, segundo o modo como pobres e ricos elaboram suas relações com o espaço urbano, mas talvez essa seja uma armadilha reducionista e pouco produtora. As cidades seriam, como diria Guattari, grandes máquinas produtoras de subjetividades, onde sujeitos dos mais variados estratos sociais são atravessados pelos mesmos grandes fluxos culturais, semióticos e econômicos, importando como se articulam a esses processos, realizando suas demarcações cognitivas, posicionando-se em relação a seus afetos, angústias e necessidades, na construção de sua própria cartografia existencial.

Um dos grandes desafios políticos que se apresentam ao campo da arquitetura e do urbanismo hoje reside, portanto, na capacidade de formulação de estratégias ou táticas de ação que produzam transformações nos territórios tanto em seus aspectos espaciais quanto no campo dos desejos e imaginários de seus habitantes, através da produção crítica, das renovadas formas de ativismo urbano, ou das experimentações em processos alternativos de planejamento e projeto que mobilizem de modo horizontal e efetivo a multiplicidade dissensual do campo social.

A ideia de flexibilidade tropical contribui para a percepção de que existe um elemento presente na cultura urbana brasileira que muitas vezes faz fracassar, ou ao menos retardar os efeitos de grandes projetos e empreendimentos reestruturadores do território promovidos por forças hegemônicas que, entre outras consequências nocivas, constituem-se como indutores de capsularização da vida. Seria essa flexibilidade, característica da cultura das ruas brasileiras, dotada de uma potência de criação e de

desvio dos dispositivos dominantes, o elemento que dá forças para que a experiência da rua mantenha-se ainda na disputa dos territórios, espaços e processos de subjetivação nas cidades? Ou ainda: residiria na flexibilidade tropical uma possível linha de fuga ao devir capsular de nossa sociedade?

No contexto da complexidade dos processos urbanos contemporâneos, em que as polaridades se desfazem, e as zonas de indistinção se proliferam, investigar essas questões pode converter-se também em um convite à incorporação dessa mesma flexibilidade tropical aos procedimentos da ação crítica e política voltada para a construção de caminhos alternativos de pensamento, prática e de resistência na cidade.

NOTAS

1. Agamben (2009, p.40) propõe uma definição simples da ideia de dispositivo: “dispositivo é tudo que tem a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”.
2. Nesse sentido, o festejado crescimento da chamada classe C no Brasil deve ser acompanhado de perto para se verificar se a inserção econômica de setores sociais antes excluídos do crédito e do poder de consumo virá acompanhada de uma capsularização de seus modos de vida.
3. Mesmo com a distância geográfica (Londres e Tóquio), esses dois grupos formados por jovens arquitetos surgiram quase na mesma época e tinham preocupações e visões muito similares, sendo considerados expoentes da chamada corrente das “megaestruturas”. Suas propostas caracterizavam-se por projetos utópicos, baseados em alta tecnologia e na produção industrial, visando responder à escala e à complexidade da cidade. Para um panorama sobre a produção dos Metabolistas, confira Mauro, [2011?]; para um panorama sobre a produção do grupo Archigram, confira Vilaça, [2011?].
4. Contexto em que os avanços tecnológicos da cibernética e da corrida espacial impregnaram os imaginários da época de visões futuristas. A própria cápsula espacial foi uma influência decisiva nas ideias desses grupos.
5. Quase na mesma época, mas com alguns anos de antecedência, outro grupo considerado de vanguarda, os situacionistas, colocavam-se justamente críticos à culturalização da mercadoria e do urbanismo enquanto ideologia capitalista, que situavam os habitantes das cidades como meros espectadores da vida convertida em espetáculo. Os situacionistas propunham, ao contrário, uma retomada dos espaços públicos pela criação de situações como forma de desalienação coletiva ante a espetacularização da vida (Jacques, 2003). Um dos situacionistas, o holandês Constant, também desenvolveu o projeto utópico de uma cidade, chamada de *New Babylon*, que não seria um salto natural das relações culturais de sua época proporcionado pela tecnologia, mas da instrumentalização da tecnologia para um rompimento revolucionário da vida com a cultura consumista, passiva, individualista e espetacular.
6. Os termos “*ecology of fear*”, “*ecology of fantasy*” e “*hyperreality*” (traduzidos aqui como ecologia do medo, ecologia da fantasia e hiper-realidade) foram cunhados, respectivamente, por Mike Davis, Margareth Crawford e Jean Baudrillard (Cauter, 2004). O termo “psicoesfera” foi proposto por Santos (2006).
7. “O Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado. Nessas condições, o neoliberalismo não se aplica aos objetos, mas apenas às ações que os objetos inovadores tornam mais fluidas e certeiras” (Santos, 2008, p.74).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo?: e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- CARLOS, A.F.A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur, 2007.
- CAUTER, L. *The capsular civilization: on the city in the age of fear*. Rotterdam: NAi, 2004.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1992.
- GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- JACQUES, P.B. (Org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- MAURO, D. 1960, Japão. *Cronologia do Pensamento Urbanístico*, [2011?]. Disponível em: <www.cronologiadourbanismo.ufba.br>. Acesso em: 18 maio 2012.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4.ed. São Paulo: USP, 2006.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5.ed. São Paulo: USP, 2008.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VILAÇA, Í. 1964, Reino Unido. *Cronologia do Pensamento Urbanístico*, [2011?]. Disponível em: <www.cronologiadourbanismo.ufba.br>. Acesso em: 18 maio 2012.
- VIRILIO, P. *O espaço crítico, e as perspectivas do tempo real*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

RESUMO

O presente artigo aborda duas experiências urbanas que atualmente disputam espaço no território físico e existencial das cidades brasileiras: a experiência da rua e a experiência capsular, pensada a partir do conceito de “civilização capsular”, proposto pelo filósofo belga Lieven de Cauter. Essas experiências, entretanto, apresentam-se menos como polaridades antagônicas do que superpostas, embaralhadas em variações de intensidades a depender de como cada sujeito urbano elabora seu modo de vida em suas trajetórias cotidianas, sobretudo nos modos como se sujeita aos padrões ditados pelos paradigmas financeiros ou escapa de suas determinações. Como pano de fundo, há a intenção de que o mergulho nesses paradoxos possa contribuir também para a construção de ferramentas críticas e políticas alternativas aos processos hegemônicos de produção do espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Cotidiano. Cultura urbana. Rua. Sociedade capsular.

THE STREET AND THE CAPSULAR SOCIETY

ABSTRACT

The article discusses two urban experiences that currently dispute space in the physical and existential territory of Brazilian cities: the experience of the street and the capsular experience, from the “capsular civilization” concept proposed by the Belgian philosopher Lieven de Cauter. These experiences, however, appear less as antagonistic polarities than overlapped,

shuffled into an intensity of variations depending on how each subject builds its urban lifestyle in their everyday trajectories, especially on how the subject accepts the standards dictated by the paradigms of financial capital or escapes from its determinations. As a background there is the intention that an immersion in these paradoxes may also contribute to the construction of critical tools and alternative politics to the hegemonic processes of production of urban space.

KEYWORDS: *Everyday life. Urban culture. Street. Capsular society.*